

Memorando.FEAM/URA CM - CAT.nº 39/2025

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2025.

Para: Giovana Randazzo Baroni

CCP - Coodenadora

Assunto: Arquivamento do PA nº 09094/2018/002/2019 (atual PA nº 04593/2021/002/2021)

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0016934/2020-22].

Prezada,

Considerando o empreendimento denominado UTM Nova Lima, antes de propriedade da GSM Mineração Ltda inscrita no CNPJ- 29.196.180/0003-72, localizada na ROD 356 KM 33, Fazenda Retiro da Cachoeira, S/N, KM 33, Condomínio Alameda das Águas, área rural.

Considerando que em 2018, o empreendimento obteve Licença Ambiental Simplificada - LAS RAS nº 048/2018, vinculado PA nº 04593/2021/001/2021 (antigo PA 09094/2018/001/2018), com validade até 17/05/2028, com condicionantes estabelecidas no Parecer Técnico nº 03/2018.

Considerando que em 11/05/2020, a empresa GSM Mineração Ltda solicitou a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a ampliação de sua Unidade de Tratamento de Minerais (UTM) de 300.000 t/ano para 600.000 t/ano, no âmbito do processo administrativo PA nº 09094/2018/002/2019 (atual PA nº 04593/2021/002/2021). A ampliação envolveu questões ambientais, como a necessidade de supressão de vegetação, o que não foi informado inicialmente. A empresa foi multada por intervenções em áreas de preservação permanente e por falhas no sistema de drenagem. O processo foi transferido para a Ferro Puro, e o certificado LAS/RAS foi cassado.

Considerando que em 12/05/2020, um TAC foi firmado entre a GSM Mineração e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) (id. 14253774). Em 30/03/2021, houve um aditivo ao TAC (id. 27192177) após a alteração da titularidade para a Mineração Ferro Puro Ltda, tornando-a responsável pelas obrigações. No dia 12/05/2022, foi celebrado um segundo aditivo ao TAC (id. 46439246), com validade de 12 meses ou até a decisão sobre a licença ambiental. Nesse aditivo, algumas obrigações foram mantidas e outras, modificadas.

Considerando que no dia 21/03/2023, conforme recibo SEI nº 62758408 (Doc. Nº: 66/2023), a Mineração Ferro Puro Ltda comunicou o encerramento das atividades da UTM objeto do TAC, acompanhado das informações conforme art. 38, §1º do Decreto Estadual N.º 47.383/2018. Conforme o comunicado, as atividades foram paralisadas no dia 19/02/2023 por questões de logística e proximidade com a comunidade:

"As justificativas e os motivos que culminaram a desmobilização e encerramento das atividades do empreendimento ocorrem em razão da mudança de planejamento e logística para o beneficiamento e escoamento de minério de ferro, provindos da UTM Nova Lima, além, da proximidade das comunidades do entorno, representada pelos moradores dos condomínios do Alphaville, Condomínio Capitão do Mato e Haras Belvedere (situado dentro do Condomínio Capitão do Mato)."

Considerando o Relatório Técnico nº 22/FEAM/URA CM - CAT/2024 (id. 93584934) que analisou o cumprimento o segundo aditivo do referido TAC em 31/07/2024 e indicou em sua conclusão:

"Houve cumprimento das obrigações N.º 3, 4 e 5 (cláusula quarta) do termo aditivo, sendo necessário confirmar junto ao setor responsável, o cumprimento da obrigação N.º 07 (referente ao controle de disposição de resíduos sólidos) para finalização da análise, considerando que os documentos localizados não atenderam ao solicitado;

verificação da desmobilização; averiguação junto ao IEF se houve regularização de toda a área de supressão, as possíveis compensações previstas, bem como a recuperação de áreas, para arquivamento do PA N.º 09094/2018/002/2019; e análise jurídica relacionada às situações supracitadas."

Sobre o cumprimento da obrigação da condicionante N.º 07 do aditivo do TAC, após a indicação do Relatório Técnico nº 22/FEAM/URA CM - CAT/2024 (id. 93584934), verificou-se junto ao setor responsável que a última declaração encaminhada foi referente ao 1º semestre de 2023.

Considerando os responsáveis pelo condomínio, realizaram a regularização corretiva de todas as intervenções realizadas em toda a extensão do condomínio. No dia 23/06/2020, a KATZ Construções e Participações Ltda solicitou (15744425), em caráter corretivo, solicitou a regularização das supressões/intervenções verificadas conforme AIs N.ºs 097548/2018, 097549/2018 e 218.616/2020. Assim, em 11/05/2022 foi emitido a AIA nº 2100.01.0016737/2020-39, regularizando 16,3367 ha. No Parecer nº 76/IEF/URFbio METRO - NUREG/2022 (id. 44890957):

“caracterizada como campo rupestre secundário no estágio inicial de regeneração natural, conforme estudo de similaridade em área adjacente. A intervenção de que trata este parecer não incidiu sobre áreas de preservação permanente ou especialmente protegidas. De acordo com os estudos técnicos realizados, não foram identificadas espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção conforme listas oficiais.”

No que diz respeito a condição do imóvel após descomissionamento, essa foi apresentada no ANEXO 6 – Relatório de Descomissionamento, documentos SEI nº 65787996 e 65787998.

Sendo assim, foi encaminhado pelo Despacho nº 13/2025/FEAM/URA CM - CAT (id. 107444999) para verificar se houve a quitação integral dos custos, nos termos da lei de taxas 22.796/2017 vigente a época, considerando a que o mesmo foi formalizado em 01/11/2019.

Neste sentido, solicita-se avaliação jurídica para o arquivamento do processo administrativo - PA nº 09094/2018/002/2019 (atual PA nº 04593/2021/002/2021).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luis Gabriel Menten Mendoza, Coordenador**, em 19/02/2025, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lorenza Gonçalves França, Servidor(a) Público(a)**, em 19/02/2025, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **106912829** e o código CRC **D804A833**.

Processo nº 1370.01.0016934/2020-22

Belo Horizonte, 12 de março de 2025.

Procedência: Despacho nº 34/2025/FEAM/URA CM - CCP

Destinatário(s): URA CM - CAT, URA CM CAF/NAO

Assunto: Despacho de Arquivamento

DESPACHO

Prezados,

Em resposta ao Memorando.FEAM/URA CM - CAT.nº 39/2025 (106912829), que solicita avaliação jurídica para o arquivamento do processo administrativo - PA nº 09094/2018/002/2019 (atual PA nº 04593/2021/002/2021), temos a esclarecer:

Em pesquisa nos autos do PA 1370.01.0016934/2020-22 temos que em 08 de outubro de 2021 a empresa Mineração Ferro Puro Ltda. solicitou o arquivamento do PA 4593/2021/002/2021 (36398475) para a formalização de novo requerimento de regularização ambiental.

O arquivo foi determinado em 12 de maio de 2022, por meio da Decisão SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP nº. S/N/2022 (44389940), porém a publicação do ato administrativo não foi realizada.

Ressalta-se que o Memorando.FEAM/URA CM - CAF.nº 7/2025 (108738239) apurou a existência de débitos do empreendedor, referente a custos de processo de licenciamento.

Diante do exposto, essa Coordenação de Controle Processual sugere que:

- Os custos sejam atualizados e o Documento de Arrecadação Estadual – DAE atualizado seja encaminhado ao empreendedor para pagamento;
- Publicação do ato de arquivamento do processo no Diário Oficial conforme Instrução de Serviço nº 06/2020, com data retroativa a 12 de maio de 2022, conforme Decisão SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP nº. S/N/2022 (44389940);



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Oliveira Gonçalves, Servidor(a) Público(a)**, em 12/03/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **109230357** e o código CRC **81FC54FF**.

MINAS GERAIS

REMOVED “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 1245828/7, FELIPE BRUNO DA SILVA, referente ao cargo efetivo Agente de Segurança Socioeducativo, do(a) CENTRO SOCIOEDUCATIVO TEOFILO OTONI, para o(a)NÚCLEO DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0139062/2025-55.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2025.
ROGERIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVED “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 348405/2, DIANA MARA DA SILVA, referente ao cargo efetivo ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL/PSICOLOGO, do(a) CENTRO DE REFERENCIA DA GESTANTE PRIVADA DE LIBERDADE, para o(a) PRESIDIO DE VESPASIANO, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0141862/2025-18.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2025.
ROGERIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVED “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor MASP 1454838/2, LESLIE DINIZ ALVES, referente ao cargo efetivo Analista Executivo de Defesa Social/Enfermeiro, do(a) DIRETORIA DE SAUDE PRISIONAL, para o(a) COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO PSICOPEDAGÓGICO, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0101341/2025-22.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2025.
ROGERIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVED “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor MASP 1453909/2, JEAN FILIPE SOARES NUNES, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do(a) PRESIDIO DE CORINTO, para o(a) PRESIDIO DE CURVELO, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0101865/2025-36.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2025.
ROGERIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ATO Nº 730/2025 REVOGAÇÃO AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA

REVOGA no ato de Afastamento Preliminar à Aposentadoria Nº 205/2023, publicado em 31/03/2023, referente o servidor MaSP: 377.036-9, MARIA APARECIDA DA SILVA, ASP, Nível V, Grau B, a pedido do servidor, a partir de 14/07/2025
REVOGA no ato de Afastamento Preliminar à Aposentadoria Nº 502/2025, publicado em 27/05/2025, referente o servidor MaSP: 1.236.180-4, WALTER GONZAGA DOS SANTOS, ASEDS, Nível III, Grau B, a pedido do servidor, a partir de 14/07/2025
REVOGA no ato de Afastamento Preliminar à Aposentadoria Nº 192/2025, publicado em 28/02/2025, referente o servidor MASP: 905.332-3, VILMA DE OLIVEIRA REGO, PP, Nível II, Grau A, a pedido do servidor, a partir de 23/06/2025
REVOGA no ato de Afastamento Preliminar à Aposentadoria Nº 272/2024, publicado em 02/04/2024, referente o servidor MaSP: 905.767-0, JEUSLENE COTTA VILENA, AEDS, Nível V, Grau D, a pedido do servidor, a partir de 01/07/2025
Ana Louise de Feitas Pereira
Superintendente de Recursos Humanos

25 2104264 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em exercício, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 27 de janeiro de 2018, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD30, à servidora Danúbia Gonçalves Cardoso, MASP 1.380.346-5, a contar de 01 de julho de 2025.

25 2104335 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Diretor de Gestão Regional torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental.
Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais se encontram à disposição dos interessados nos sites: <https://vale.com/documents/d/guest/pdm-eia-vfe>
<https://vale.com/documents/d/guest/pmd-rima-vf>
Comunica que o interessado na realização de Audiência Pública deverá formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site: <https://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

1) Licenciamento Ambiental Trifásico (LAT): Licença Prévia (LP): *Vale S/A - PDER Marés II - Barragem de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração e Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro - Belo Vale/MG - PA/Nº 1026/2023 - Classe 6.
(a) Fernando Baliani da Silva
Diretor de Gestão Regional

25 2104416 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana torna público que foi arquivada, pelo Superintendente Fernando Baliani da Silva, na data de 12 de maio de 2022, a Licença Ambiental abaixo identificada:

*Licença de Operação Corretiva (LAC2): 1) Mineração Ferro Puro Ltda., unidade de tratamento de minerais – UTM, com tratamento a seco, Nova Lima/MG, PA/Nº 04593/2021/002/2021, classe 3. Motivo: a pedido do empreendedor.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Vix Logística S.A., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Mariana/MG, Processo nº 25425/2025. 2) Transportes Fátima Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Betim/MG, Processo nº 26756/2025.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

25 2104420 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

- LAC 1 - Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação concomitantemente: *Mineração Barroso Indústria e Comércio Ltda., Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Prados/MG, PA nº 26676/2025, Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - SEI nº 2090.01.0006443/2025-22.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

- LAC 2 - Licença Prévia concomitante a Licença de Instalação: *Botica Comercial Farmacêutica Ltda., Fabricação de produtos de perfumaria e cosméticos, Pouso Alegre/MG, PA nº 26670/2025, Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - SEI nº 2090.01.0007209/2025-98.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

25 2104657 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto Paranaíba torna público o ARQUIVAMENTO da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Pedro Pezzuti Avila de Aguiar/ Fazenda São Pedro - Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Culturas anuais, sempreperas e perenes e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Ibá/MG - PA/SLA nº 18713/2025, Classe 3. Motivo: Ausência de documentos e estudos essenciais para análise do processo.

(a)Ana Carolina Silva Brito.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba.

25 2104305 - 1

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:

1) Tipo da solicitação: Licença Ambiental Simplificada Las/Ras; Fase: Instalação a iniciar; Empreendimento: Calcinação Minas Cal Ltda.; Atividades(s): Fabricação de cal virgem; Município: Córrego Fundo; PA/SLA nº: 1861/2022; Classe: 3; Válida até 29/07/2031 do responsável Calcinação Minas Cal Ltda., CNPJ 34.116.635/0001-70 para o novo titular Adalgisa Carla de Faria CPF 042.***.***.**, CNPJ 11.796.338/0001-18.

Sra Kamila Esteves Leal.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto do Francisco.

25 2104400 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) públicas as DECISÕES deliberadas na 126ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias (CMI), realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UCuU1iAb462m8py3C1jsJl4w>, no dia 25 de julho de 2025, às 9h, a saber: 5. Exame da Ata da 125ª RO do 27/06/2025. APROVADA. 6. Cobrança pelo Uso da Água 2025: Novo Sistema e Ações do Usuário. Apresentação: Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão (Gecon) do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam). APRESENTADO. 7. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação: 7.1 Global Stone Importação e Exportação Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - Jequeri/MG - PA/SLA/Nº 490/2025 - SEI/Nº 2090.01.0007281/2025-94 - ANM: 832.582/2013 - AIA/Nº 1370.01.0006463/2021-78 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA ZM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 8. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva: 8.1 GSM Industria Comercio Importação e Exportação Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Gouveia/MG - PA/SLA/Nº 144/2024 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA JEQ. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE, VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS. 9. Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença de Operação Corretiva: 9.1 ICAL - Indústria de Calcinação Ltda. - Lavra a Céu Aberto ou subterrânea em áreas cársticas; Unidade de tratamento de Minerais (UTM); Obras de infra-estrutura; Pilhas de Rejeito/Estéril; Estradas para Transporte de Minério; Barragem de Contenção; Posto de Abastecimento - ANM: 807.349/1971 - São José da Lapa e Vespasiano/ MG - PA/Nº 03823/2001/002/2008 - SEI/Nº 1370.01.0060567/2021-90 - Classe 5. Apresentação: URA CM. DEFERIDO CONFORME PARECER.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias

25 2104316 - 1

O Diretor de Gestão Regional torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental:

- Licenciamento Ambiental Simplificado - Relatório Ambiental Simplificado (LAS RAS): 1) Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG – ETE Rio Casca; Estação de tratamento de esgoto sanitário; Interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto - Rio Casca/MG - PA nº 26758/2025 - Classe 2.

(a) Fernando Baliani da Silva
Diretor de Gestão Regional.

25 2104619 - 1

O Diretor de Gestão Regional, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento: 1) Hugo Miranda Magalhães e Cia Ltda – Terraplenagem Miranda Magalhães, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Brás Pires/MG, PA SLA 26557/2025, com validade até 25/07/2035.

(a) Fernando Baliani da Silva
Diretor de Gestão Regional.

25 2104637 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público o cancelamento da Licença Ambiental abaixo identificada: - Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/ Cadastro:

1) EDN Projetos Renováveis e Consultoria Ltda. / Complexo Fotovoltaico Alegre - Usina solar fotovoltaica - Janaúba/MG - Protocolo nº 994/2021. Motivo: a pedido do empreendedor.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

25 2104199 - 1

O Diretor de Gestão Regional, torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada.

- LAS RAS: 1) Lima Petróleo Ltda – Auto Posto JB, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação: Simonésia/MG, PA nº 10275/2025, Classe 2. Válida até 25/07/2035.
- AIA nº 2100.01.0047977/2024-59.

(a) Fernando Baliani da Silva
Diretor de Gestão Regional.

25 2104647 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

INFORMA DA LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO E APLICAÇÃO DAS RESPECTIVAS PENALIDADES

A Supervisora Regional do IEF da URFBIO Centro Oeste, no uso de suas atribuições, conforme artigo 4º da Lei nº 15.971/2006, torna público a lavratura dos seguintes Autos de Infração e aplicação das respectivas penalidades:

* Pedro de Melo Ribeiro AI nº 707246 de 2025 – Por Suprimir vegetação nativa em área comum em um total de 73,400ha, suprimir 4,0400ha de vegetação nativa delimitada como reserva legal, suprimir 23 espécies arbóreas protegidas por lei e Tornar inservível produto da flora oriundo da exploração.
Multas simples- Decreto Estadual 47.383 de 2018. Anexo III- 301 A; 301 B, 306 e 302 A. Total 108369 UFEMGS.

(a) Luciana Fátima de Rezende Oliveira.
Supervisora da URFBIO Centro Oeste

INFORMA DA LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO E APLICAÇÃO DAS RESPECTIVAS PENALIDADES

A Supervisora Regional do IEF da URFBIO Centro Oeste, no uso de suas atribuições, conforme artigo 4º da Lei nº 15.971/2006, torna público a lavratura dos seguintes Autos de Infração e aplicação das respectivas penalidades:

* Agropecuária Olhos D’Água Ltda – ME – Auto de Infração 705555/2025 – SEI 2100.01.0041334/2023-70
Intervenção ambiental sem supressão em Reserva Legal, artigo 3, código 309, alínea B, Decreto 47.383/2018 alterado pelo 47.837/2020. Cálculo de rendimento conforme estudo apresentado. 15.700 UFEMG.
* Davidson Wander Paiva – Auto de Infração 705486/2025 – SEI 2100.01.0025718/2024-40

Supressão de vegetação em área comum, artigo 3, código 301, alínea A. Decreto 47.383/2018 alterado pelo 47.837/2020. Supressão de árvores isoladas ou esparsas, artigo 3, código 304, Decreto 47.383/2018 alterado pelo 47.837/2020. Supressão de vegetação em área comum, artigo 3, código 302, alínea B, Decreto 47.383/2018 alterado pelo 47.837/2020. Supressão de vegetação em área comum, artigo 3, código 302, alínea A, Decreto 47.383/2018 alterado pelo 47.837/2020. Cálculo de rendimento conforme estudo apresentado. 6.596,5 UFEMG.

(a) Luciana Rezende Oliveira.
Supervisora da URFBio Centro Oeste

INFORMA DA CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A Supervisora Regional da URFBIO Centro Oeste do Instituto Estadual de Florestas – IEF, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 38, § único, I, do Decreto 47.892 de 23 de março de 2020, torna público a concessão de Autorização para Intervenção Ambiental do(s) processo(s) abaixo identificado(s):

*UFV MG Itaúna Ltda – Corte ou aproveitamento, de árvores isoladas nativas vivas – convencional – Itaúna/MG – PA/Nº 2100.01.0045007/2024-30;

*Vicente de Paula Camargos – Supressão de cobertura vegetal, para uso alternativo do solo; Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP; Corte ou aproveitamento, de árvores isoladas nativas vivas – convencional – Itaúna/MG – PA/Nº 2100.01.0035421/2024-56;

(a) Luciana Fátima de Rezende Oliveira
Supervisora Regional – URFBIO Centro Oeste.

INFORMA DO INDEFERIMENTO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A Supervisora Regional da URFBIO Centro Oeste do Instituto Estadual de Florestas – IEF, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 38, § único, I, do Decreto 47.892 de 23 de março de 2020, torna público a concessão de Autorização para Intervenção Ambiental do(s) processo(s) abaixo identificado(s):

*José Aparecido Ferreira – Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas – simplificado – Itaúna/MG – PA/Nº 2100.01.0016432/2025-14;

*Bruna Drumond Longo – Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo – Itaúna/MG – PA/Nº 2100.01.0010324/2025-30

*Adele Alimentos S.A. – Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas – simplificado – Conceição do Pará/MG – PA/Nº 2100.01.0017217/2025-62;

(a) Luciana Fátima de Rezende Oliveira
Supervisora Regional – URFBIO Centro Oeste

INFORMA DA LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO E APLICAÇÃO DAS RESPECTIVAS PENALIDADES

A Supervisora Regional do IEF da URFBIO Centro Oeste, no uso de suas atribuições, conforme artigo 4º da Lei nº 15.971/2006, torna público a lavratura dos seguintes Autos de Infração e aplicação das respectivas penalidades: *EILSON CARLOS DE MOURA AI nº 707230/2025- Foi autuado por “sonegar dados ou informações solicitadas pela SEMAD ou por suas entidades vinculadas. Multa simples. Código 346, art. 112, anexo III, do Decreto Estadual 47.383/18; Valor total: 1.000 UFEMGS

(a) Luciana Fátima de Rezende Oliveira.
Supervisora da URFBio Centro Oeste

25 2104651 - 1

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A Supervisora Regional da URFBIO Norte do IEF, conforme designação de competência estabelecida para responder pela URFBIO Jequitinhonha do IEF, torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental, conforme o processo abaixo identificado: *José Aurio de Sousa/Sítio Macuco - CPF ***.129.836-**. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, Processo Nº 2100.01.0046945/2024-84, em área autorizada de 5,2538 ha. Validade: 03 (Três) anos, contados da data de emissão da autorização: 25/07/2025.

(a) Margaret Sueli Caires Azevedo.
Supervisora Regional da URFBIO Norte do IEF,

conforme designação de competência estabelecida para responder pela URFBIO Jequitinhonha do IEF.

25 2104329 - 1

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A Supervisora Regional da URFBIO Norte do IEF torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Autorização para Intervenção Ambiental, conforme o processo abaixo identificado: *Município de Serro/Melhoramento/pavimentação da Rua do Leiteiro e Área de recreação e lazer – CNPJ/CPF: **303.271/****-**. – Supressão de cobertura vegetal nativa – para uso alternativo do solo, em 0,1579 ha e Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP, em 0,4298 ha – Serro/MG – Processo Nº 2100.01.0026389/2025-59 – em 25/07/2025.

(a) Margaret Sueli Caires Azevedo
Supervisora Regional da URFBIO Norte do IEF, conforme designação de competência estabelecida para responder pela URFBIO Jequitinhonha do IEF

25 2104510 - 1

SÁBADO, 26 DE JULHO DE 2025 – 7

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga, Sul de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo Nº 4064/2024, Usuário: Idalina De Oliveira Baptista, Alfenas, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023306/2025, *Processo Nº 3212/2024, Usuário: Bruno Gabriel De Freitas De Padua, Ibiraci, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023307/2025, *Processo Nº 3321/2024, Usuário: Enio Miarí, Três Pontas, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023308/2025, *Processo Nº 4766/2024, Usuário: Juliano Jacintho Da Silva, Ibiraci, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023309/2025, *Processo Nº 4375/2024, Usuário: Ademir Andrade De Oliveira, Ibiraci, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023310/2025, *Processo Nº 4279/2024, Usuário: Ademir Andrade De Oliveira, Ibiraci, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023311/2025, *Processo Nº 4937/2024, Usuário: Donizete Lopes, Divisa Nova, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023326/2025, *Processo Nº 4699/2024, Usuário: Leandro Gonçalves Da Silva, Boa Esperança, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023369/2025. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta no Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - Sout. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do Igam: www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 25 de julho de 2025.

25 2104558 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental - Central Metropolitana, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 23 do Decreto Estadual nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: Arquivamento:
Arquiva-se processo nº 15755 de 05/04/2024. Empreendimento: Itaminas Comércio de Minérios S/A. CNPJ: 18.752.824/0001-83. Motivo: Considerando os termos do Art. 32 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Sarzedo – MG.
Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta no Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - Sout. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do Igam: www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 25 de julho de 2025.

25 2104692 - 1

Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - Arsae-MG

Diretor-Geral: Laura Mendes Serrano

DECISÃO DE DIRETORIA COLEGIADA Nº 016/2025

A Diretoria Colegiada da Arsae-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Agência e pelo Convênio de Regulação firmado com o Município atendido pela concessionária Samotracia Meio Ambiente e Empreendimentos Ltda., tendo em vista os esclarecimentos prestados pela concessionária por meio do Ofício nº 27/2025 (SEI nº 116334804), bem como os pareceres técnicos e jurídicos elaborados no âmbito do referido processo, DELIBERA o seguinte:

CONSIDERANDO: Que o contrato de concessão e o edital de licitação da Samotracia são omissos quanto à regra de faturamento aplicável aos casos de múltiplas economias atendidas por único hidrômetro, vedando, no entanto, a cobrança de tarifa por consumo mínimo, autorizando apenas a cobrança de tarifas variáveis (por metro cúbico consumido). Que o Decreto Municipal nº 2.220/2004, que regulamenta a prestação dos serviços, determina:

- A cobrança de tarifa mínima por economia referente ao consumo mínimo de 10m³/economia;
- A classificação do usuário por economia para fins de enquadramento na estrutura tarifária (item 6 do art. 4º);
- A aplicação das tarifas por economia, com cobrança em conta única (art. 92).

Que a Procuradoria da Arsae-MG concluiu que o referido decreto é válido, uma vez que o edital e o contrato foram omissos e o titular dos serviços detinha competência para dispor sobre regras regulatórias. Que, desde a publicação do Decreto nº 2.220/2004, a Samotracia deveria ter aplicado tarifas por economia, tanto para consumo mínimo quanto para tarifas por metro cúbico, no entanto, a concessionária adotou o faturamento por ligação, com base na tese firmada pelo STJ no julgamento do Tema 414 em 2010, que vedava a multiplicação do consumo mínimo por economia em imóveis com um único hidrômetro. Que tal entendimento foi modificado em 2024, embora ainda sem trânsito em julgado, mas que, de qualquer forma, a tese anterior dizia respeito apenas à cobrança de consumo mínimo, não afetando a cobrança por metro cúbico, tampouco as regras de faturamento por economia.

Que, a partir da assinatura do convênio com a Arsae-MG, a Resolução Arsae-MG nº 131/2019 passou a ser aplicada em caráter complementar, suprimindo omissões ou lacunas do contrato, edital e decreto municipal. Que o art. 71 da referida Resolução esclarece a forma de cálculo quando há múltiplas economias com um único hidrômetro. Que a aplicação de penalidades à concessionária só pode ocorrer após formalização do entendimento da Arsae-MG, considerando que o tema esteve sob análise regulatória, com troca de informações entre as partes. Que, nos termos do convênio, é dever da Arsae-MG promover a regulação técnica, econômica e financeira dos serviços, conforme Cláusula Quinta, item 5.3.

A manifestação constante no Ofício nº 27/2025, por meio do qual a Samotracia informa sobre a compreensão quanto à suspensão do processo de reequilíbrio econômico-financeiro, em virtude do andamento do novo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca do Tema 414, o que garantirá a todos segurança jurídica. A DIRETORIA COLEGIADA DA ARSAE-MG DETERMINA à concessionária Samotracia Meio Ambiente e Empreendimentos Ltda. a adequação do método de faturamento atualmente adotado para os condomínios com múltiplas economias atendidas por único hidrômetro, em conformidade com as seguintes regras:

I - O faturamento deve observar as disposições do Decreto Municipal nº 2.220/2004 e, de forma complementar, o art. 71 da Resolução Arsae-MG nº 131/2019;

II - Enquanto não houver o trânsito em julgado da nova tese firmada no julgamento do Tema 414 pelo STJ, a concessionária deve respeitar a proibição de multiplicar o consumo mínimo por economia. Esse impacto específico poderá ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, nos